

CAPITAL, APROPRIAÇÃO JURÍDICA E CONSTRUÇÃO DE CONSENSO EM TEMPOS DE MILAGRE ECONÔMICO¹

Werbeth Serejo Belo

INTRODUÇÃO

Na academia tem havido um grande debate a respeito do regime autoritário brasileiro que se inicia em 1964, debates que dizem respeito à própria caracterização do regime, à atuação dos principais agentes envolvidos durante todo o período e, ainda, das próprias instituições inseridas no Estado Restrito² que atuaram como ferramentas para que determinado projeto se tornasse hegemônico, além de instituições no âmbito da sociedade civil que foram agentes também na disputa por hegemonia. Segundo Carlos Fico, em sua obra *Além do Golpe (2004)*³, o debate se inicia fora da academia e os textos eram apresentados em colunas de jornais pelos chamados memorialistas e, só então, na década de 1970 o debate ganha consistência dentro do meio acadêmico. Este mesmo autor, que caracteriza o golpe e o regime como militar em *Espionagem, polícia política, censura e propaganda (2003)*⁴ lista e analisa os principais aparelhos utilizados pelo Estado para a permanência e consolidação de determinado projeto então em hegemonia (vale ressaltar que Fico não trabalha com o arcabouço teórico gramsciano, mas os termos aqui inseridos são por conta de minha orientação teórica para análise). A título de exemplo, o autor utiliza o SNI (Serviço Nacional de Informações) e aponta os agentes localizados nesse aparelho para legitimar, ou melhor, sustentar sua tese de que o regime foi militar e não civil militar.

¹ Trabalho vinculado ao projeto de pesquisa *Publicizando o Acervo Documental sobre História Contemporânea Brasileira Presente no Maranhão (1964-1985)*, financiado pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA e desenvolvido junto ao Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea – NUPEHIC registrado junto ao CNPQ, coordenado pela Prof^a Dr^a Monica Piccolo Almeida.

² Para Antonio Gramsci o Estado é elaborado a partir de uma concepção de que este (o Estado) é ampliado, isto é, o Estado é Sociedade Política (Estado no sentido restrito) e Sociedade Civil. No seio da sociedade Civil estão os Aparelhos Privados de Hegemonia e, inseridos nesses aparelhos – ou não – estão os intelectuais orgânicos que transitam entre a sociedade política e a sociedade civil com o objetivo da nacionalização deste projeto.

³ FICO, Carlos. *Além do golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004

⁴ FICO, Carlos. *Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão*. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.). *O Brasil republicano. O tempo da ditadura. Regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

René Dreifuss analisa em *1964: a conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe* (1981)⁵ os principais aparelhos localizados na sociedade civil que visavam sustentar um projeto em hegemonia e, lista os agentes localizados nesses aparelhos - sobretudo tecnoempresários – e, aponta que estes agentes eram membros da sociedade civil que estavam ligados aos militares do Estado Restrito e, muitas vezes, se localizavam no Estado Restrito também. O objetivo de Dreifuss é perceber, então, o golpe como civil militar, tese que aliás rebate a sustentada por Carlos Fico.

Enquanto Dreifuss está inserido numa perspectiva gramsciana de análise do regime Empresarial Militar, Jorge Ferreira pode ser caracterizado como personalista, pois a partir da análise da trajetória de Goulart no Estado Restrito, o autor explica a atuação dos militares em 31 de março de 1964.

Para Jorge Ferreira, em *O governo Goulart e o golpe civil-militar em 1964* (2003)⁶, a tentativa de Goulart de agradar a vários setores da sociedade seria a explicação para o golpe. No período parlamentarista a aproximação de Goulart com os esquerdistas através de medidas que favoreciam os trabalhadores, por exemplo, incomodava o setor direitista, tendo Goulart que abandonar determinadas medidas para favorecer agora este setor.

Goulart, ainda segundo Ferreira, acaba se aproximando do centro na tentativa de agradar ambos setores da sociedade, uma equipe elabora então o plano trienal que objetivava a estabilidade da inflação, e ainda, proporcionar o desenvolvimento econômico do país.

No entanto, o plano trienal, segundo Ferreira, não atinge seu objetivo e a instabilidade do governo Goulart e o crescente sentimento de enfraquecimento dos militares os levam ao golpe de 1964.

Além das interpretações sobre a caracterização do regime, a partir da questão econômica, tem-se a análise a partir da resistência aos aparelhos de repressão do Estado como forma de mudança nas interpretações.

Marcelo Ridenti (2004)⁷, aponta que a resistência armada contra a ditadura acaba por alterar algumas interpretações a respeito da esquerda e seu posicionamento em relação à

⁵ DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁶ FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. IN: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Licília (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁷ RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. IN: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo (orgs.) *O golpe a ditadura militar: 40 anos depois (1964-2004)*. São Paulo: EDUSC, 2004.

repressão do período, muitas vezes possibilitando até uma interpretação que crê na inevitabilidade do golpe.

A partir da leitura de René Dreifuss, a concepção sobre o golpe aqui adotada é Empresarial Militar. Pois os militares e os grandes grupos de empresários estavam na condução do novo projeto que almejava se tornar hegemônico. Como forma de sustentação deste trabalho, adotou-se como pano de fundo a teoria gramsciana do Estado Ampliado.

APROPRIAÇÃO JURÍDICA E ORGANIZAÇÃO ESTATAL

A partir de 1964, com o golpe empresarial militar, houve a reconfiguração dos rumos do capitalismo no Brasil, haja vista que mundialmente essa reconfiguração já vinha ocorrendo desde 1945 com o fim da II Guerra Mundial.

Este tópico é justificado pela constante utilização dos Aparelhos de Estado em prol da consolidação do capitalismo financeiro no Brasil, isto é, a utilização por parte da fração empresarial de aparelhos jurídicos na criação de uma conjuntura estratégica eficaz que seria terreno fértil para a nacionalização do projeto que estava em processo de estabilização.

No caso do Brasil, a base da questão política e econômica era a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, com o foco no desenvolvimento, sobretudo entre 1967 e 1973 (Governos Costa e Silva e Médici). O organograma abaixo ilustra as bases da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento:

Organograma 01: Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento*:



*(Elaboração Própria)

Como pode ser percebido no organograma, há três eixos de sustentação da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento: a política de colonização, que ocorre, sobretudo, no período do milagre representada na figura da SUDAM, por exemplo: a política de desenvolvimento regional, representada na figura da SUDENE; e a política de integração nacional que visava inserir o nordeste como forma de garantir subsídio às regiões onde a economia brasileira se sustentava: sobretudo região sudeste.

Virgínia Fontes em seu livro *Reflexões im – pertinentes: historia e capitalismo contemporâneo* (2005) utiliza um termo bem pertinente às reconfigurações do capitalismo contemporâneo no Brasil: *inclusão forçada*. Segundo a autora,

[...] o aumento do desemprego pode implicar um alijamento de novo tipo: incapazes de prover por outros meios sua própria subsistência (exclusão interna, fundadora do capitalismo), os “novos desempregados”, cuja vida depende inteiramente de relações mercantis, perdem seus pontos centrais de referência. Somam-se assim àqueles que já se encontravam “à margem” do mercado (subempregos, trabalhos informais e não assalariados) e aos jovens recém-chegados ao mercado de trabalho. Nos períodos anteriores, essa exclusão interna acompanhava-se de uma *inclusão forçada* à mercantilização da vida social.⁸

Partindo dessa leitura feita por Virgínia Fontes, me permiti atribuir um sentido ampliado a esta interpretação, isto é, percebendo que dentro das relações sociais havia uma necessidade de inclusão de determinada parcela da população a essas relações capitalistas, redimensiono isso percebendo, também, uma espécie de inclusão forçada entre regiões.

Portanto, as regiões norte e nordeste são inseridas nas relações capital-imperialistas no Brasil de forma que dão subsidio às demais regiões do país, sobretudo à região sudeste, a fim de garantir matéria prima e mão de obra a essa região. Portanto, da mesma forma que o Brasil pode ser localizado em uma lógica de mundialização do capital de forma subsidiada em relação aos países que manipulam a ordenação financeira mundial.

Durante a ditadura Empresarial Militar, como já foi exposto anteriormente, há uma explosão de conglomerados de financeiras que ocorrem, sobretudo entre 1967 e 1973, e é reflexo da política econômica adotada, principalmente no período do milagre econômico. Como forma de organizar essa atuação em prol da defesa deste projeto desenvolvimentista, tem-se o uso da principal agência criada a partir da reformulação do Sistema Financeiro Nacional ocorrida em 1964 - o Banco Central - com a promulgação da lei nº 4.595 de 31 de

⁸ FONTES, Virgínia. *Reflexões im – pertinentes: história e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom texto, 2005, p. 32 (grifo nosso)

dezembro de 1964⁹ que “dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e creditícias, cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências”.

Portanto é de fundamental importância perceber, a partir de agora, de que forma as resoluções da dita agência possibilitaram a organização econômica do Estado e como favoreceu a conjuntura estratégica anteriormente mencionada. Desse modo, cito algumas das resoluções que considero principais no período aqui em análise: 1969-1973.

A primeira das resoluções em análise é a resolução 111 de 27 de fevereiro de 1969¹⁰ que trata da elevação da taxa de desconto¹¹ de 10% para 20%. Esse aumento da taxa de desconto permite aos bancos financiadores de empréstimo angariar divisas para uma nova negociação no mercado financeiro consolidando assim duas frações burguesas no novo bloco hegemônico em consolidação: o empresariado que seria beneficiado com os empréstimos e o próprio setor da burguesia financeira que teria cada vez mais recursos e lucros com os novos empréstimos. O Brasil estava passando de um país essencialmente industrializado para um país onde há o predomínio do capital financeiro.

A resolução 115 de 21 de maio de 1969¹² trata dos Bancos de Investimento e Sociedades de crédito, financiamento e investimento inclusive as mediante letras de câmbio no que tange à redução mínima de 12% sobre o custo final o que demonstra claramente o objetivo de reestruturar o sistema financeiro de forma que essa reestruturação ocorra em defesa da já mencionada fração dominante financeira, organizando diversas instituições de financiamento e crédito.

Paralelamente a esta consolidação do capitalismo financeiro, ocorreu a expansão do capitalismo para o campo por meio do financiamento ao comércio e ao processo de industrialização deste, de forma que subsidiasse as relações capitalistas consolidadas no seio da reestruturação ocorrida desde 1964 e que estava em demasiada consolidação.

A resolução 129 de 13 de novembro de 1969¹³ aponta justamente para a questão acima citada e resolve determinar novas normas que possibilitem essa expansão capitalista ao campo como:

⁹ Lei nº 4.595. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso: 24/11/2014

¹⁰ Resolução 111. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso: 13/12/2014

¹¹ “Operação bancária em que uma instituição financeira desconta títulos que já foram anteriormente descontados por outra instituição. É uma operação que permite, À primeira casa bancária, fazer caixa para novos negócios, sem ficar imobilizada à espera do vencimento dos títulos”. (SANDRONI. 1996. p. 351)

¹² Resolução 115. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso: 13/12/2014.

¹³ Resolução 129. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso: 13/12/2014.

Permitir aos estabelecimentos bancários que não possuem setor especializado em crédito rural que, mediante autorização expressa do Banco Central, operem exclusivamente em financiamento à comercialização, até o montante de 50% dos recursos destinados ao crédito rural [...]¹⁴.

Essas são só algumas resoluções que marcam o processo de reorganização econômica do Estado capitalista brasileiro que vinha ocorrendo desde 1964 e em 1969 entra em processo de expansão do capitalismo ao campo e sua consolidação em sua nova forma financeira hegemônica.

CONSTRUINDO O CONSENSO NO MARANHÃO:

Partindo dessa constatação foi feito - a partir da seleção de reportagens/editoriais do jornal O Imparcial - um levantamento das principais agências financeiras e fundos de investimento que atuaram no Maranhão no recorte temporal citado. Apresento o levantamento organizado em forma de tabela, cada tabela segue com o título da agência, sendo esta (a tabela) dividida em três colunas: a primeira contendo o título da reportagem, notícia ou editorial; a segunda contendo o tema; e, a terceira contendo o mês e ano que foi publicado no jornal aquele título de reportagem.

Tabelas: Reportagens da atuação de agências financeiras no Maranhão a partir do jornal O Imparcial:

BAMERINDUS

Título	Tema	Mês-ano
Bamerindus visita UTE-Oleama	Visitar avanço da Oleama	Dezembro-1972

BANCIPE

Título	Tema	Mês-ano
O banco do maranhão e o Bancipe associam-se para melhor prestação de serviços aos clientes	Associação de bancos	Agosto-1969

Banco Comércio e Indústria da América do Sul

¹⁴ Idem.

Título	Tema	Mês-ano
Finame nomeia banco comércio e indústria da América do Sul seu agente financeiro	Atuação financeira	Junho-1969
Fusão de banco com grupo Ipiranga capta recursos	Fusão de banco com grupo empresarial	Abril-1972

Banco Comercial da Produção

Título	Tema	Mês-ano
Banco da produção tem novo gerente	Dirigência	Maio-1971

Banco campina grande de investimentos

Título	Tema	Mês-ano
Maior financiamento de Banco do Nordeste	Financiamento	Novembro-1971

Banco da Bahia

Título	Tema	Mês-ano
Nova agência bancária inaugurada em São Luís	Inauguração de agência	Abril-1969
Leilão de ações do Banco da Bahia	Leilão	Janeiro-1971
Agências do Baneb vão ser vendidas	Agências (venda)	Julho-1973

Banco da Amazônia

Título	Tema	Mês-ano
Problemas amazônicos vão ser examinados	Seminário sobre problemas amazônicos organizado pelo Banco da Amazônia e pela Sudam	Março-1969
Banco da Amazônia S.A. aumenta seu capital	Aumento de capital	Maio-1969
Basa construirá 40 casas para seus funcionários	Habitação	Outubro-1969
Banco da Amazônia S.A	Discurso do diretor da carteira de crédito geral	Março-1970
Inauguração da moderna sede própria da agência	Inauguração de agência	Março-1970

do Banco da Amazônia em Codó		
Basa inaugura agência em Carolina	Inauguração de agência	Março-1970
Carolina já tem agência do banco da Amazônia S.A	Inauguração de agência	Março-1970
Basa constrói 40 casas para seus funcionários de São Luís	Habitação	Abril-1970
Basa inaugurará no sábado próximo duas agências	Inauguração de agências	Abril-1970
Inauguradas modernas instalações do Basa	Inauguração de agências	Abril-1970
Basa inaugura moderna agência em Santa Inês	Inauguração de agência	Abril-1970
Inauguração da nova sede da agência do Banco da Amazônia em Bacabal	Inauguração de sede	Abril-1970
Inauguração da nova sede do Banco da Amazônia em Coroatá	Inauguração de sede	Maió-1970
Basa instala agência hoje às 9 horas na cidade de pinheiro	Instalação de agência	Julho-1970
Técnicos do BASA estarão aqui reunidos aqui de 28 a 31	Discussão de projeto	Julho-1970
Basa inaugura conjunto residencial	Habitação	Outubro-1970
Basa: 40 casas no São Francisco	Habitação	Outubro-1970
BASA elege sua nova diretoria	Dirigentes	Abril-1971
Vitalização da Amazônia	Colonização	Janeiro-1972
Banco da Amazônia abre novas perspectivas ao empresariado maranhense	Benefício às classes produtoras	Fevereiro-1972
Banco oferece novo prazo de pagamento	Pagamento de débitos por empresas	Março-1972
Diretor do Basa: novo prazo para dívidas vencidas	Pagamento de débitos por empresas	Março-1972
Basa propugna solução para crise	Reescalonamento de empresas	Março-1972
Basa quer análise	Análise econômica	Março-1972

econômica do estado		
Interiorização é meta do banco da Amazônia	Interiorização	Maio-1972
Basa reescalon divisas	Reescalonamento e divisas	Maio-1972
Basa vai implantar nova estrutura no maranhão	Viagem de gerente local a Belém para nova estrutura do Basa	Maio-1972
Basa tem dinheiro pra financiar gado na feira	Financiamento	Agosto-1972
BASA financia Oleama	Financiamento	Janeiro-1973
Diretor do Basa chega a São Luís	Gerencia	Maio-1973
Gov. Neiva recebe comitiva do Banco da Amazônia	Gerencia	Maio-1973

SUDAM

Título	Tema	Mês-ano
Sarney na posse de novos dirigentes da SUDENE e da SUDAM	Posse de dirigentes	Fevereiro-1969
Amazônia falará com todo Brasil dentro de 18 meses	Atuação da sudam	Março-1969
Sudam aprova	Atuação da sudam	Março-1969
Problemas amazônicos vão ser examinados	Seminário sobre problemas amazônicos organizado pelo banco da Amazônia e pela sudam	Março-1969
Ampliação dos recursos para o desenvolvimento do nordeste	Aplicação de recursos pela sudam	Março-1969
Funcionária da sudam em nossa capital	Curso de extensão	Agosto-1969
Sarney amanhã na reunião da sudam	Análise de projetos	Setembro-1969
Sudam é um fato	Atuação empresariado	Dezembro-1969
Sarney defendeu projetos da SUDAM	Projetos	Julho-1970
Dino e Médici em reunião da SUDAM	Construção da rodovia transamazônica	Outubro-1970
Participou da reunião da sudam	Reunião sobre desenvolvimento da Amazônia	Fevereiro-1971
Sudam desenvolve a Amazônia	Desenvolvimento	Janeiro-1972
Sudam discutirá aumento	Acumulo de capital	Março-1972

de capital no maranhão		
Sudene e sudam estão reunidas	Reunião do conselho deliberativo da sudam	Julho-1972
Política da sudam ao babaçu causa prejuízos ao estado	Política de incentivo	Janeiro-1973
Sudam quer implantar indústria têxtil na região norte do país	Industrialização	Março-1973
Sudam libera 92 milhões de incentivos	Recursos a projetos	Agosto-1973

É notório, através de O Imparcial, o projeto de integração nacional e desenvolvimento da região nordeste, no entanto, o que é mais notório ainda, a partir da análise das reportagens, é o apoio dado pelo jornal O Imparcial a esses projetos de desenvolvimentos elaborados pelos condutores do Estado brasileiro, isto é a fração civil representada pelos empresários e os militares.

Este aparelho privado de hegemonia era conduzido por Assis Chateaubriand, que era dono dos “Diários Associados” – esta, uma rede de impressos em todo o país. O Imparcial fazia parte dos “Diários Associados”, os quais apoiavam o golpe empresarial militar, o que me permite concluir que o jornal O Imparcial também era Aparelho Privado de Hegemonia no Maranhão em prol do regime autoritário instalado no país.

Com a utilização deste Aparelho Privado, há a formação de consenso no que tange à instalação deste regime também no Maranhão, isto é, o Imparcial acaba por funcionar como Partido Político, que segundo Antonio Gramsci, era o responsável pela organização da vontade coletiva¹⁵.

A partir da observação do levantamento neste periódico são notáveis os seguintes temas: associação de bancos; financiamento a indústrias; novas diretrizes; dirigentes; fusão de banco com empresa; seminário; aumento de capital; habitação; inauguração de agência; colonização; criação de banco; empréstimo; investimento.

No que tange à consolidação do capitalismo financeiro no Brasil, o levantamento feito através de O Imparcial nos permite perceber a explosão de conglomerados de financeiras que ocorre durante a ditadura empresarial militar brasileira. Portanto, a fração dominante da classe dominante (burguesia financeira) está transitando entre a sociedade civil e a sociedade política, funcionando como intelectuais orgânicos em defesa de seus interesses.

¹⁵ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 03. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

Além disso, o jornal O Imparcial trabalha na perspectiva de que o desenvolvimento é necessário ao Maranhão e de fato está ocorrendo no período chamado de “milagre” econômico. Mas o que se percebe é a lógica supracitada utilizada por Virgínia Fontes: inclusão forçada, isto é, o Maranhão se insere na lógica capital-imperialista brasileira, de forma subsidiada assim, como o Brasil em relação aos países que conduzem essa lógica capital imperialista a nível mundial.

Trabalhando na perspectiva da História econômica, o levantamento aqui feito através do jornal O Imparcial nos permite perceber a formação de um novo bloco no poder em 1964, ou melhor, a consolidação de um novo bloco no poder, e mais, a reprodução aqui no Maranhão do que já estava ocorrendo no eixo sul-sudeste do país, a reorganização dos ditames econômicos que foi liderada pelo capital multinacional e transnacional.

Em 1972, O Imparcial apresenta um discurso do então governador Pedro Neiva de Santana em que demonstrou claramente a postura deste em favor do desenvolvimento proposto pela Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento que era base do regime autoritário brasileiro de então. Segue abaixo trecho transcrito:

[...] dentre os setores que melhores resultados apresentaram, destaca-se o das finanças, que considerou “altamente significativos no que diz respeito ao aumento da arrecadação, que foi da ordem de 40,6% sobre o ano de 70, quer quanto a contenção dos gastos de custeio”. O governador disse que o estado depende fundamentalmente da agropecuária, pelas condições naturais, e que impõe-se uma política mais correta para um processo de *desenvolvimento* mais sustentável, elevando a produtividade de mão de obra e a renda da produção rural. O fomento à agricultura elegemos – declarou - como programa prioritário.¹⁶

Percebe-se que neste trecho o jornal apresenta o posicionamento do então governador maranhense frente ao desenvolvimento proposto pelo governo federal na condução de uma política econômica heterodoxa. Então, o jornal aqui analisado apresenta o então governador do Maranhão alinhado com as políticas federais do regime autoritário, sem em nenhum momento criticar a postura do governador, que, aliás, foi indicado por Médici, então presidente do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹⁶ O Imparcial – 01/1972. Grifos nossos

A partir das análises anteriormente feitas, pode-se constatar que a partir de 1969 há uma intensificação da organização estatal em prol da consolidação do capitalismo financeiro no Brasil. Diversas ações, dentro e fora do Estado Restrito, possibilitaram a construção de uma conjuntura estratégica que tornara fértil o solo nacional para a ampliação das relações capitalistas.

No Maranhão não foi diferente, as relações capitalistas se expandiram de modo que o Maranhão foi inserido na lógica capital-imperialista nacional de forma subsidiada, assim como toda a região nordeste. Além da atuação dentro do Estado Restrito temos a utilização do periódico O Imparcial como Aparelho Privado de Hegemonia que garantia o consenso com o objetivo de sustentação do projeto da fração empresarial em consolidação.